



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10/10/2016**  
**(Contém folhas )**

**ATA Nº 23**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 10/10/2016**

**ATA Nº 23**

----- Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2016 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. O Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS  
SENHORES VEREADORES**

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2 - CÂMARA MUNICIPAL**

**2.1 - Alienação de Veículo de marca Volvo com a matrícula RQ-76-19**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- No uso da competência prevista na al. cc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor, que me foi delegada pela Câmara Municipal através de deliberação tomada em 15/10/2013, informo a Câmara Municipal que determinei, por meu Despacho de 28/09/2016, a realização de hasta pública no próximo dia 14/10/2016, para alienação de um veículo, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, com as seguintes características: -----

----- Marca: Volvo -----  
----- Modelo: F 12-36 (4 x 2) Trator -----  
----- Matrícula: RQ-76-19 -----  
----- Categoria: Trator -----  
----- Tipo: Mercadorias -----  
----- Cilindrada: 11978 -----  
----- Cor: Azul e outras -----  
----- Ano de Fabrico: 1991 -----  
----- Km: 254925 -----

----- Mais se informa que foi fixado o valor base de licitação em 6.375,00 €, tendo em conta que o referido veículo possui um valor de 0,00 € na ficha patrimonial nº 656 e por consulta a sites de venda de veículos de especialidade verificou-se que o valor médio de venda é de 8.500,00€, o que considerando uma desvalorização de 25% para lucro, preparação e garantia perfaz o montante de 6.375,00€ e que o procedimento foi já publicitado, encontrando-se o programa de procedimento disponível para consulta no site da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **2.2 - Proposta de aprovação e celebração de Protocolo de Colaboração para "Requalificação e ampliação da Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra"**

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

----- Foi remetida a esta Autarquia a minuta do Protocolo de Colaboração (anexo), a ser celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Estado Português, através do Ministério da Educação, cujo objeto consiste na definição das condições de transferência, para o Município, das atribuições a que se refere o art. 39º da Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para a empreitada "Requalificação e ampliação da Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra", a executar no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro 2020. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Considerando que os encargos que resultam para o Município, decorrentes do referido Protocolo, estão refletidos no Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2016 e seguintes, nas seguintes rubricas: 02 211 2016/14 Ac.1 (Elaboração de Projeto) e 02 211 2016/14 Ac. 2 (Execução da Obra); -----

----- Considerando que o Município irá apresentar uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 para efeitos de financiamento comunitário na execução do projeto, objeto do Protocolo em questão; -----

----- Tendo em conta o disposto no artigo 12º, nº 1 do DL 159/2014, de 27 de outubro e no artigo 39º, nº 2 da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias nº 181-A/2015, de 19 de junho, nº 190-A/2015, de 26 de junho e nº 148/2016 de 23 de maio e que compete à Câmara Municipal “Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central” (cf. Al. r), do nº 1, do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor). -----

----- Pelo exposto, tenho a honra de submeter a análise e propor a aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração anexo. -----

----- A Câmara Municipal, tomou conhecimento do Protocolo em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO FINANCEIRA

#### 3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 06 de outubro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.772.098,27 € (Um milhão setecentos e setenta e dois mil e noventa e oito euros e vinte e sete cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 247.689,17 € (duzentos e quarenta e sete mil seiscentos e oitenta e nove euros e dezassete cêntimos), num total de 2.030.774,16 € (dois milhões e trinta mil e setecentos e setenta e quatro euros e dezasseis cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**3.1.2 - Abertura de Procedimento para a Contratação de Empréstimo a Longo Prazo, até ao montante de € 2.000.000,00**  
**- Proposta**

- Pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, foi presente a seguinte proposta: -----
- Considerando que: -----
- De acordo com o estipulado no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI) os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. -----
- O artigo nº 51º do RFALEI estabelece para os empréstimos de médio e longo prazo o seguinte: -----
- a) Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos; -----
  - b) Os investimentos a financiar são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previsto no orçamento do exercício, são submetidos, independente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal; -----
  - c) O empréstimo têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos; -----
  - d) Em regra, os empréstimos têm um prazo máximo de 2 anos, para a sua utilização e de diferimento do início da amortização: -----
  - e) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos (divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato), independentemente do seu pagamento efetivo); -----
- O limite da dívida total constante do art.º 52º do RFALEI determina que: -----
- a) A dívida total das operações orçamentais do Município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida dos três exercícios anteriores; -----
  - b) O conceito de dívida total das operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira, e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

c) Sendo cumprido o limite de endividamento total, o Município só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a **20%** da margem disponível no início de cada um dos exercícios. -----

----- No Município de Pampilhosa da Serra o limite da dívida total em 31 de dezembro de **2014**, era de **11 089 517,87 €** e, em 31 de dezembro de **2015** de **12 021 205,86 €**, sendo a margem disponível de **10 949 219,79 €** para **2015** e de **12 001 108,57 €** para **2016**, conforme (**anexo II**). -----

----- Assim, o valor correspondente a **20%** da margem disponível para o exercício de **2015**, era de **2 189 843, 96 €** e de **2 400 221, 71 €** para o exercício de **2016**, conforme (**anexo III**). -----

----- É da competência da Assembleia Municipal, autorizar a sua contratação, nos termos da alínea f) do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O pedido de autorização para a contratação de empréstimos, a submeter à apreciação e eventual aprovação do órgão deliberativo, terá de ser obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em pelo menos **3 instituições de crédito**, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, conforme determina o nº 5 do art.º 49º do RFALEI e esta autorização deverá ser antecedida de discussão e autorização dos investimentos a financiar (nº 2 do art.º 51º do RFALEI) -----

----- Os empréstimos de médio e longo prazo, cujos efeitos se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, implica que a autorização seja aprovada por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções. -----

----- Existe um conjunto de investimento que é importante realizar, a curto prazo, de modo a satisfazer necessidades sentidas pela generalidade da população. -----

----- Os investimentos referidos estão plasmados no Plano Plurianual de Investimentos, integrados nas GOP's para os anos de 2016/2018, e são os que constam no **anexo I** à presente proposta. -----

----- As receitas normais do município são insuficientes para garantirem o financiamento destes investimentos, pois as mesmas cobrem somente atividades essenciais que o município terá de desenvolver e o pagamento de compromissos assumidos. -----

----- No final do ano de 2015 foram totalmente pagos os empréstimos de médio e longo prazo. -----

----- **Assim, tenho a honra de propor:** -----

----- Que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, para que os investimentos constantes do **anexo I**, da presente



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

proposta de deliberação, sejam financiados por um empréstimo de médio e longo prazo, nas seguintes condições: -----

- **1) Condições do Financiamento:** -----
- a) *Montante do empréstimo:* até ao montante máximo de € 2 000 000,00 -----
  - b) *Prazo:* 16 anos (192 meses) -----
  - c) *Período de carência:* 2 anos (vinte e quatro meses) -----
  - d) *Período de utilização do capital:* 2 anos (vinte e quatro meses) -----
  - e) *Reembolso:* em prestações trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, um mês após o final do período de carência. -----
  - f) *Pagamento de juros:* trimestrais postecipados. -----
  - g) *Taxa de Juro:* indexada à Euribor a 12 meses, mesmo que negativa, acrescida de "spread". -----
  - h) *Elementos da proposta:* Plano de amortização para o período global do contrato, onde deverá constar o montante, taxas de juro (estimativas) e encargos. -----
  - i) *Amortizações:* Nos termos do nº 5 do artigo 51º, atento ao nº 4 do artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não será (ão) admitida (s) proposta (s) com amortização anuais previstas, em qualquer ano de contrato, com exceção do ano (s) de carência, inferior a 80% das amortizações médias. -----
  - j) *Clausula particular:* O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que tal daí advenha qualquer penalização ou comissão. -----
  - k) *Garantia:* As previstas nos termos gerais de direito e ao recurso do mecanismo previsto na Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----
- **2) Critério de adjudicação** -----
- A adjudicação far-se-á à proposta economicamente mais vantajosa, entendendo-se mais vantajosa aquela em que o montante imputável ao Município, acrescido dos encargos seja o menor. -----
- **3) Adjudicação** -----
- O Município reserva-se o direito de não adjudicar -----
- **4) Entidades financeiras a consultar** -----
- Novo Banco, S.A -----
  - Caixa Geral de Depósitos, S.A. -----
  - Banco Santander Totta, S.A -----
  - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Zona do Pinhal, C.R.L. -----
- **5) Júri** -----
- Mais proponho que o júri seja constituído por: -----
- Presidente - Paulo Jorge Duarte Batista Teixeira, -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- Membros efetivos - Felisberto Neves Pinto -----
- - Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira -----
- Membros suplentes - Aida Fernandes Martins Lemos -----
- - Ana Filipa Nunes Dias Azoia -----
- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou que as propostas sejam entregues até às 17:30 horas do dia 27 de outubro de 2016, sendo que, a abertura e análise das propostas terá lugar pelas 10:00 horas do dia 28 de outubro do corrente ano. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.3 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses - Quota 2017

- Foi presente a Circular nº 76/2016/AR datada de 21/09/2016, da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que de acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 31º dos Estatutos da ANMP, o valor da quota anual para o ano de 2017, para o Município de Pampilhosa da Serra, é de 4.258,16 €. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

##### 4.1 - SECRETARIA

##### 4.1.1 - Peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro - 2016

- Foi presente um ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Centro, datado de 12-09-2016, a comunicar que decorrerá de 29 a 1 de novembro do corrente ano, o Peditório Nacional a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, devidamente autorizado pelo Ministério da Administração Interna, pelo que, solicitam a colaboração da Autarquia, na divulgação da campanha de apelo ao voluntariado, através de cartazes e folhetos que anexam. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 4.1.2 - Alteração do Dia da Feira / Mercado

- Foi presente uma Informação da Secção Administrativa, do seguinte teor: -----
- "Vêm estes serviços informar V.Exª que, o próximo dia 08 de dezembro de 2016 é Feriado Nacional (Dia da Imaculada Conceição) e que, visto coincidir com o mercado em Pampilhosa da



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Serra, haverá toda a necessidade ou não, de alterar este acontecimento. Deixando à consideração superior, aguardando por uma decisão, para posteriormente serem emitidos editais.”* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade realizar a feira/mercado no dia 07 de dezembro – quarta-feira. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.3 – Penela Race Events Club – Pedido de isenção de taxas para realização de evento**

----- Foi presente um e-mail da Penela Race Events Club, a solicitar a isenção de taxas para o evento “4º Rally da Pampilhosa da Serra”, que se irá realizar nos dias 22 e 23 de outubro, no concelho de Pampilhosa da Serra, a contar para o Campeonato Regional Centro de Rally e do Troféu Rally Regional Centro. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, a emitir parecer, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas do Município de Pampilhosa da Serra, bem como a apresentar os valores do licenciamento do evento, que são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença para a Realização de Espetáculos ou de Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e Demais Lugares Públicos ao Ar Livre – 35,32 €; -----

----- Licença – 11,06 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS**

##### **4.2.1 – Protocolo de Colaboração Centro Qualifica – Agrupamento de Escolas de Arganil**

----- Foi presente um ofício do Agrupamento de Escolas de Arganil, a informar que a Escola Secundária de Arganil tem vindo a trabalhar na formação e qualificação de jovens e adultos, através do seu Centro de Novas Oportunidades, disponibilizando ofertas variadas, nomeadamente cursos de educação e formação de adultos, processos RVCC, cursos profissionais e formação modular certificada, de acordo com as linhas orientadoras definidas no seu Projeto Educativo, que apostam na aprendizagem ao longo



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

da vida; Por considerar que aquela Escola reúne os requisitos exigidos pela legislação, foi decidido avançar com uma candidatura à promoção de/como entidade promotora de um Centro Qualifica, na NUT III Região Coimbra, pelo que, nesse sentido, vem solicitar a colaboração do Município de Pampilhosa da Serra, no âmbito do trabalho que se propõem realizar na Qualificação de Adultos, mediante Protocolo de Colaboração, cuja minuta anexa. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e aderir. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.2 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa**

##### **- Equipas de Futsal - Pedido de Apoio**

----- Foi presente uma carta da Comissão de Melhoramentos da Póvoa, datada de 18-08-2016, com a referência 86/16/POV, a comunicar que foram constituídas e inscritas duas equipas de futsal na Associação de Futebol de Coimbra e que irão participar no Campeonato Distrital de Coimbra da respetiva categoria (Juniões e Seniores) para a época 2016/2017, constituídas maioritariamente por jovens pampilhosenses, promovendo assim o desenvolvimento da atividade física e desportiva numa lógica de promoção do bem-estar e saúde bem como de divulgação sociocultural do concelho. -----  
equipamentos desportivos para a equipa de formação, inscrição dos atletas na Associação de Futebol de Coimbra e ainda para pagamento das forças de segurança do pavilhão e quotas de jogo de arbitragem. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Comissão de Melhoramentos da Póvoa, no valor de 8.000,00 € (oito mil euros), para os fins acima mencionados, mediante Protocolo, cuja minuta foi presente e, após análise, foi aprovada por unanimidade. Mais foi deliberado conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **Projeto Desportivo da CMP - Pedido de colaboração**

----- Na sequência do pedido de colaboração formulado pela Comissão de Melhoramentos da Póvoa, através de ofício datado de 18/09/2016, com a referência



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

87/16/POV, no qual consta o Projeto Desportivo que a Comissão de Melhoramentos da Póvoa pretende desenvolver com as Equipas de Futsal para a época 2016/2017, a Câmara Municipal, após análise, aprovou por unanimidade, colaborar com a Comissão de Melhoramentos da Póvoa nos seguintes termos: -----

----- 1. Autorizar a cedência do Pavilhão Municipal para a modalidade desportiva de Futsal sénior e júnior, para a época de setembro de 2016 a junho de 2017, de acordo com os horários solicitados. -----

----- 2. Autorizar o transporte dos atletas nas condições referidas no ofício. -----

----- 3. Autorizar a condução dos respetivos veículos, sujeita a autorização do Vereador responsável do pelouro do Desporto. -----

----- 4. No que se refere à abertura e fecho do Pavilhão, este será assegurado pelos funcionários da autarquia com competência para o efeito, bem como o manuseamento de equipamentos. -----

----- 5. Quanto à utilização da Lavandaria do Estádio Municipal, o pedido não poderá ser satisfeito, já que esta está a ser utilizada na sua capacidade máxima. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta: -----

## 5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

### 5.1 - OBRAS PÚBLICAS

#### 5.1.1 - Construção da EB1/JI de Dornelas do Zêzere\_QREN

- Código da operação: CENTRO-09-0644-FEDER-004077

- Restituição de verbas de participações recebidas\_QREN

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração a operação em epígrafe, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/2842/2016 de 04/10/2016 enviou uma notificação de reposição referente à operação em epígrafe, no montante de 16.082,13 €. -----

----- Após análise dos elementos recebidos e do processo em causa existente nos arquivos deste Município, verificou-se o seguinte: -----

----- 1) Investimento elegível inicialmente aprovado: 459.630,00 €; -----

----- 2) Participação inicialmente aprovada: 321.740,99 €; -----

----- 3) Investimento elegível final: 539.324,67 €; -----

----- 4) Participação final: 458.425,97 €; -----

----- 5) Participação recebida: 474.508,10 €; -----

----- 6) Valor a devolver: 16.082,13 € (474.508,10 € - 458.425,97 €); -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Aquando do encerramento final, conforme ficha de encerramento aprovada pela Comissão Diretiva do PO Centro em 30/06/2016, foi apurado um montante elegível de 539,324,67 € e uma comparticipação de 458.425,97 €. -----

----- O Município, ao longo do período de execução da operação recebeu um total de comparticipação de 474.508,10 €, logo superior à comparticipação devida. -----

----- Do atrás referido, apura-se que o valor de reposição reclamado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/2842/2016 de 04/10/2016, no montante de 16.082,13 € está correto. -----

----- Nestes termos, proponho que seja reposta a quantia de 16.082,13 € nos termos da comunicação que se anexa, devendo ser tido em consideração o prazo aí referido. -----

----- O presente assunto deverá ser apreciado e votado em reunião de Câmara. -----

----- À Consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **5.1.2 - Variante a Vidual de Cima\_QREN**

- Código da operação: CENTRO-09-0650-FEDER-023068

- Restituição de verbas de comparticipações recebidas do QREN

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração a operação em epígrafe, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/2837/2016 de 04/10/2016 enviou uma notificação de reposição referente à operação em epígrafe, no montante de 14.618,96 €. -----

----- Após análise dos elementos recebidos e do processo em causa existente nos arquivos deste Município, verificou-se o seguinte: -----

----- 1) Investimento elegível inicialmente aprovado: 2.063.717,29 € ; -----

----- 2) Comparticipação inicialmente aprovada: 908.324,53 €; -----

----- 3) Investimento elegível final: 1.956.602,85 €; -----

----- 4) Comparticipação final: 1.663.112,42 €; -----

----- 5) Comparticipação recebida: 1.677.731,38 €; -----

----- 6) Valor a devolver: 14.618,96 € (1.677.731,38 € - 1.663.112,42 €); -----

----- Aquando do encerramento final, conforme ficha de encerramento aprovada pela Comissão Diretiva do PO Centro em 26/07/2016, foi apurado um montante elegível de 1.956.602,85 € e uma comparticipação de 1.663.112,42 €. -----

----- O Município, ao longo do período de execução da operação recebeu um total de comparticipação de 1.677.731,38 €, logo superior à comparticipação devida. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Do atrás referido, apura-se que o valor de reposição reclamado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., através do ofício ADCOESAO/S/2837/2016 de 04/10/2016, no montante de 14.618,96 € está correto. -----

----- Nestes termos, proponho que seja reposta a quantia de 14.618,96 € nos termos da comunicação que se anexa, devendo ser tido em consideração o prazo aí referido. -----

----- O presente assunto deverá ser apreciado e votado em reunião de Câmara. -----

----- À Consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

### 6.1 - Programa Eco-Escolas - Parceria

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----

----- " Eco-Escolas é um programa internacional do "Foundation for Environmental Education", desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE. Pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. -----

----- O programa é coordenado a nível internacional, regional e de escola. Esta coordenação multinível permite a confluência para objetivos, metodologias e critérios comuns que respeitam a especificidade de cada escola relativamente aos seus alunos e características do meio envolvente. -----

----- Para além do apoio das pessoas e Instituições da Comissão Nacional, o Programa Eco-Escolas conta ainda com a parceria de vários municípios. Neste sentido o Agrupamento de Escolas de Escalada, do Concelho de Pampilhosa da Serra solicitou uma parceria com o Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A parceria visa participar, na medida do possível, na implementação do plano de ação e reuniões do Conselho Eco-Escolas e apoiar a inscrição da escola no valor de 70 Euros. -----

----- A interlocutora do município junto do Agrupamento de Escolas de Escalada, do Concelho de Pampilhosa da Serra é a Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 7 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 7.1 - EDUCAÇÃO

##### 7.1.1 - Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB - 2016/2017, celebrado e 29 de agosto de 2016 ente o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e o Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ No âmbito do Protocolo de Colaboração que define todas as condições necessárias para a execução das Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017, celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra em 29-09-2016 (após aprovação em Reunião de Câmara de 29-09-2016), traz-se ao conhecimento de V.Exª a necessidade de retificação do mesmo, na sequência da impossibilidade do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra assumir o Inglês para o 1º e 2º anos (P.S e D.Z), como inicialmente tinha optado por fazer. -----

----- A impossibilidade de assumirem o Inglês como AEC para o 1º e 2º anos da Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra e da Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra, implicou que nos fosse solicitado auxílio, que obrigou a alguma reformulação nos Recursos Humanos afetos às AEC e à presente proposta de Adenda ao Protocolo.

----- Assim, submete-se para aprovação, proposta de Adenda ao referido Protocolo de acordo com os novos dados e em conformidade com a Portaria nº 644-A/2015 de 24 de agosto, que define as regras a observar no funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

----- À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 7.1.2 - Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB - 2016/2017, a celebrar entre o Município, o Agrupamento de Escolas e a Cáritas Diocesana de Coimbra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ No âmbito do Protocolo de Colaboração que define todas as condições necessárias para a execução das Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017, celebrado entre o Município de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra em 29-09-2016 (após aprovação em Reunião de Câmara de 29-09-2016), alterado por Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB – 2016/2017, a celebrar em 10 de outubro de 2016, após aprovação em Reunião de Câmara com a mesma data, remete-se, para análise e deliberação, proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2016/2017, desta feita a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e a Cáritas Diocesana de Coimbra. -----*

----- Este documento tem como objetivo definir os termos e as condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes/técnicos das AEC, bem como as condições necessárias para a execução das mesmas aquando destas ausências. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **7.1.3 – Adenda ao Protocolo de Colaboração – Refeições do 1º Ciclo / Pré-Escolar**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta o Protocolo de Colaboração realizado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada – Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião de Câmara de 10/01/2006 e tendo por base a Candidatura a apresentar pelo Município à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Região Centro, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo para o Ano Letivo de 2016/2017, há necessidade de incluir no referido Protocolo os dados constantes na 11ª Adenda, que junto se remete a V.Exª e aprovação do Executivo Camarário. -----

----- Face ao exposto, proponho a V.Exª que a 11ª Adenda ao Protocolo produza efeitos a partir de 16 de setembro de 2016, data em que se iniciou o fornecimento das refeições. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a 11ª Adenda ao Protocolo e que a mesma produza efeitos a partir de 16 de setembro de 2016. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **7.2 – AÇÃO SOCIAL**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 7.2.1 – Formação 19 e 20 de setembro – Plano Municipal para a Igualdade

- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
- “Na qualidade de Conselheira para a Igualdade deste Município, cumpre-me informar a Vereadora, também Conselheira para a Igualdade, que no âmbito da conceção e implementação de um Plano Municipal para o Município, realizou-se nos dias 19 e 20 de setembro uma ação de sensibilização para avaliação das políticas locais de igualdade, liderada pelo Dr. João Pereira e Dr<sup>a</sup> Ana Almeida – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – CIG. -----
- Perspetiva-se a necessidade de elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade, no âmbito do Portugal 20, assim, no dia 19 de setembro reuniu-se um quadro setorial de Técnicos do Município e Projetos Comunitários; no dia seguinte, reuniu o grupo de trabalho que se dedicou ao planeamento fino proposto pela CIG, quanto à futura elaboração do referido Plano Municipal. -----
- Tendo em conta que as sessões decorreram com as presenças das duas Conselheiras Municipais, e findas as mesmas sessões, há necessidade de constituição do Grupo de Trabalho, com a consequente designação da Equipa Municipal para a Igualdade. -----
- Esta futura equipa a designar tem por objetivo a apresentação de proposta de Plano Municipal para a Igualdade do Concelho de Pampilhosa da Serra até ao primeiro trimestre de 2017. -----
- Deste modo, propõe-se que a Equipa Municipal para a Igualdade do Concelho de Pampilhosa da Serra seja composta pelos seguintes elementos: Dr<sup>a</sup> Raquel Pereira (DSCE-Educação), Dr<sup>a</sup> Eugénia Pereira (DA – Jurídico), Dr<sup>a</sup> Graça Pinto (DDM – Gabinete de Apoio ao Empresário), Dr<sup>a</sup> Catarina Lopes (DSCE – Estagiária do Gabinete de Ação Social), para além das Conselheiras Municipais Locais. -----
- Tendo em consideração a conceção local do Plano, propõe-se ainda que a Equipa Municipal para a Igualdade do Concelho de Pampilhosa da Serra reúna quinzenalmente.” -----
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 7.2.2 – Roteiro Cidadania em Portugal

- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
- “No âmbito da comemoração do Dia Municipal para a Igualdade, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local lançou o convite ao Município de Pampilhosa da Serra a associar-se ao Roteiro Cidadania em Portugal. -----
- O Projeto disponibiliza uma carrinha devidamente equipada, qualificada com recursos pedagógicos e lúdicos de apoio a atividades dinamizadas pelas autarquias e em parceria com as



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### *Instituições Locais.*

----- Esta iniciativa tem como objetivo dinamizar as redes sociais, apoiando-as na organização de atividades que promovam a cidadania e a participação das comunidades em todo o país. -----

----- Tendo em conta a disponibilidade de datas apresentadas pelo Projeto Roteiro Cidadania em Portugal, propõe-se a semana de 6 a 11 de março para a dinamização de uma ou mais atividades junto da comunidade, ainda sujeitas a confirmação por parte do Projeto, onde sejam abordadas questões relacionadas com a Igualdade. " -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aderir ao Projeto Roteiro Cidadania. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **7.3 - DESPORTO**

#### **7.3.1 - Direção Regional do Centro - Instituto Português do Desporto e Juventude - Informação sobre novo representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto que integrará o Conselho Municipal de Educação.**

----- Foi presente um e-mail da Direção Regional do Centro - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., datado de 27 de setembro de 2016, a informar que na sequência da tomada de posse no dia 21 de setembro da Diretora Regional do Centro do IPDJ, o representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto que integrará o Conselho Municipal de Educação, será a Drª Catarina Durão e que nas suas faltas e impedimentos se fará representar pela Técnica Superior Celeste Moura. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **7.3.2 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa - Pedido de cedência do Pavilhão para aula de JUMP FIT**

----- Foi presente um e-mail, datado de 20 de setembro do corrente ano, da Comissão de Melhoramentos da Póvoa a solicitar a cedência do Pavilhão Municipal às segundas-feiras das 19:00 às 20:00 horas a fim de ser possível a dinamização de uma aula semanal de JUMP FIT. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar a cedência do Pavilhão Municipal para a aula semanal de JUMP FIT às segundas-feiras de cada mês, devendo assegurar:-----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- o término da referida aula até às 20:00 horas, de modo a que o encerramento do Pavilhão ocorra dentro do horário do Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
  - o encerramento e o manuseamento do material necessário à atividade desportiva de JUMP FIT, são da responsabilidade e orientação do funcionário municipal. -----
  - tratando-se de uma cedência de um bem público a uma entidade terceira, deverá ser assegurado por esta os mecanismos legais de proteção individual, (Seguro de responsabilidade civil e outros) de modo a acautelar eventuais sinistralidades. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----

  
